

## AGENDA LEGISLATIVA – 2016

Atualizada em 28.03

	<b>PROPOSIÇÃO E AUTOR</b>	<b>TEOR DA PROPOSTA</b>	<b>TRÂMITE/SITUAÇÃO</b>
<b>1</b>	<b>PEC 01/20015</b> Deputado Vanderlei Macris (PSDB/SP)	Altera o art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre o valor mínimo a ser aplicado anualmente pela União em ações e serviços públicos de saúde de forma escalonada em sete anos.	Aprovada em primeiro turno pelo Plenário da Câmara dos Deputados.  Aguardando votação em segundo turno.
<b>2</b>	<b>PLS 200/2015</b> Senadores Ana Amélia (PP-RS), Walter Pinheiro (PT/BA), Waldemir Moka (PMDB/MS)	Dispõe sobre a condução de pesquisas clínicas em seres humanos por instituições públicas ou privadas – modifica de forma substancial a legislação vigente, colocando em risco os voluntários das pesquisas clínicas.	Tramita na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado.
<b>3</b>	<b>PEC 451/2014</b> Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	Inclui como garantia fundamental o plano de assistência à saúde oferecida pelo empregador em decorrência de vínculo empregatício na utilização dos serviços de assistência médica.	Aguardando parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados.
<b>4</b>	<b>PEC 171/1993</b> Deputado Benedito Domingos (PP/DF)	Altera a redação do artigo 228 da Constituição Federal. Reduz a maioria penal para 16 anos.	Aprovada na Câmara dos Deputados e aguardando apreciação no Senado.
<b>5</b>	<b>PDL 33/2015</b> Senadores Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Aloysio Nunes (PSDB-SP). <b>Mais Médicos</b>	Invalida o termo de cooperação firmado pelo Ministério da Saúde com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), que garante a participação de médicos cubanos no Mais Médicos.	O projeto está em tramitação na Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) do Senado.
<b>6</b>	<b>PLC 30/2015</b> Origem: PL 4330/2004 Deputado Sandro Mabel (PMDB-GO)	Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.	Em tramitação na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional do Senado.



<b>Terceirização</b>			
7	<b>PLS 315/2015</b> Senador Paulo Paim (PT-RS) <b>Taxação de Grandes Fortunas</b>	Institui o Imposto sobre Grandes Fortunas, de que trata o art. 153, inciso VII, da Constituição Federal e dá outras providências.	Está na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.  Aguardando parecer do relator.
8	<b>PLP 251/2005</b> Deputado Roberto Gouveia (PT-SP) - Despesa com Pessoal na Área Saúde	Inclui parágrafos no art. 19 da Lei Complementar 101/2000. Aumenta o gasto com pessoal na área de saúde para até 75% dos recursos financeiros destinados à saúde. <b>Obs.: Medida vale apenas para a contabilidade feita pelos municípios, e não para os estados, como previa o projeto original.</b>	Pronta para votação no Plenário da Câmara dos Deputados
9	<b>PL 6583/2013</b> Deputado Anderson Ferreira (PR/PE)  <b>Estatuto da Família</b>	Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências.	Aprovada pela Comissão Especial Câmara dos Deputados.  Aguardando votação em Plenário.
10	<b>PL 5069/2013</b> Deputados: Eduardo Cunha (PMDB/RJ), Isaias Silvestre (PSB/MG) e outros.	Tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto. Acrescenta o art. 127-A ao Decreto-Lei 2.848/1940 - Código Penal.	Aguardando deliberação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara.
11	<b>PEC 215/2000</b> Deputado Almir Sá (PRB/RR) <b>Demarcação de Terras Indígenas</b>	Inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas, estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei.	Apreciação em Comissão Especial da Câmara dos Deputados.  Foi apresentado o parecer do relator pela aprovação da PEC.
12	<b>PL 1721/2015</b>	Trata da vedação da	Aguardando designação de



	Deputada Jandira Fegalhi (PCdoB/RJ) <b>Capital Estrangeiro</b>	participação direta ou indireta de empresa ou de capital estrangeiro na assistência à saúde. Altera dispositivos da Lei 8.080/1990, inseridos pelo art. 142 da Lei 13.097/2015.	relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados.
13	<b>PL 198/2015</b> Deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS)	Torna crime hediondo a transmissão deliberada do vírus da AIDS.	Pronta para pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados.  Foi apresentado parecer do relator pela aprovação do projeto.
14	<b>PLC 34/2015</b> PL da Câmara Origem no PL 4148/2008 Deputado Luis Carlos Heinse (PP-RS)	Institui que produtos geneticamente modificados não mais sejam identificados através do símbolo que marca os transgênicos - um triângulo amarelo com a letra T.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado.  Matéria pronta para pauta.
15	<b>PLC 130/2011</b> Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)	Acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil.	Comissão de Assuntos Sociais do Senado.